

Tese ARTSINTE
Com a CUT, fortalecemos as lutas do SINTE e da Classe Trabalhadora

I - CONJUNTURA

Conjuntura Internacional

As revelações da política norte-americana de espionagem aos governos nacionais de vários países, inclusive o Brasil, explicitam o espaço que os Estados Unidos ocuparam na atual crise mundial, tanto econômica quanto política. Ou seja, o mundo hoje respira: desemprego e privatizações na Europa, retomada (lenta) do crescimento no hemisfério norte; fortalecimento da direita por meio de reedição de medidas neoliberais orientadas pelo FMI à Grécia, Espanha, Portugal e outros países em profunda crise. Em contrapartida, o que se vê é a dificuldade da esquerda europeia em apresentar projeto de desenvolvimento inclusivo pós-crise.

No Oriente Médio: guerra civil na Síria, Egito (e outras ocorridas desde o início da Primavera Árabe) e as tensões envolvendo Israel e a fundação do Estado Palestino, que conta com o apoio do governo americano. As contradições da Primavera Árabe, com democracia instável, falta de liberdade às mulheres e perseguições a grupos étnicos minoritários. A correlação de forças no Conselho de Segurança da ONU, coordenada por Rússia e China, que junto com a forte reação internacional impediu a ação militar norte-americana na Síria, em resposta às suspeitas de utilização de armas químicas pelo governo de Bashar Al-Assad.

Na América Latina: morte de Hugo Chaves e tensões políticas nos vizinhos: Venezuela, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, este última com a retirada clandestina de senador boliviano da embaixada brasileira em La Paz. A reação do Planalto que substituiu o ministro de relações exteriores e afastou o diplomata encarregado pela transferência do asilado político. Os desafios do Mercosul diante da crise mundial e da guerra alfandegária, sobretudo com a Argentina.

Conjuntura Nacional

A guerra cambial promovida por EUA, China e Tigres asiáticos interfere na competitividade dos produtos nacionais, com reflexos na balança comercial. Aproveitando-se desse contexto, a mídia-oposicionista tenta minar a credibilidade do governo Dilma mediante certo “terrorismo” em torno de pseudo-crisis do “apagão elétrico”, do “surto inflacionário”, da “queda da economia”, da “disparada do dólar”. Para infelicidade deles e o bem da economia nacional, nada se concretizou e o país mantém recorde de emprego, inflação sob controle (embora com aumento da taxa selic por pressão dos setores financeiros e que comprometem a produção e o emprego), alta capacidade produtiva, retomada do crescimento econômico e expressivas reservas cambiais.

As manifestações de junho 2013 em âmbito nacional, marcada pela conjunção de interesses legítimos (por ética na política, contra a corrupção e por mais qualidade dos serviços públicos – educação, saúde, mobilidade urbana) com interesses oportunistas que a mídia, em vão, tentou potencializar. Na verdade, no geral, os protestos também tiveram a mídia conservadora como alvo, o que confere ao Governo a oportunidade de reabrir o necessário debate público sobre a regulamentação do setor. Apesar dos interesses escusos, grande parte das pautas das ruas provinha das classes sociais que recentemente ascenderam no Brasil, e que desejam consolidar seu processo de inclusão social com mais acesso à saúde, cultura, lazer, melhor mobilidade urbana e mais renda. A educação pública de qualidade foi pauta constante dos protestos, o que possibilitou a aprovação do projeto de royalties do petróleo em melhores condições para a área e para a saúde. A composição conservadora do Congresso Nacional e de grande parte dos legislativos estaduais e municipais, que têm votado matérias contra os interesses da sociedade, além de insuflar a homofobia e todo tipo de preconceitos contra negros, mulheres e grupos étnicos específicos – além das limitações estruturais decorrentes do próprio modelo capitalista – foram o cerne dos protestos comandados por uma juventude sem comando central e com preocupante descrédito na política como meio de transformação social. A ojeriza dessa juventude que foi às ruas aos partidos políticos e aos movimentos organizados mostrou a necessidade de a escola problematizar e politizar mais os conteúdos curriculares. Já recuperação da popularidade da presidenta Dilma tem revelado que as manifestações não se direcionaram a ela, propriamente, mas aos políticos em geral, em especial ao Congresso Nacional, que detém a pior avaliação pública de sua história. A votação do projeto dos royalties, o programa Mais Médicos (que superou a reação dos médicos nacionais), a atitude do governo diante dos episódios de espionagem, ajudaram a presidenta a recuperar sua popularidade e a se manter na liderança da corrida presidencial do próximo ano, com possibilidades de vitória no primeiro turno. No entanto a reforma política, sob o comando do Congresso, limitou-se a mudanças mínimas.

Aparentemente contraditório ao discurso anti-privatização feito durante a campanha, é preciso que a Presidenta Dilma explicita melhor sua política de concessões, como ocorreu com o leilão do campo de Libras.

Da atual conjuntura política e econômica, alguns desafios se impõem ao Governo federal: i) reforma política profunda, com resgate da ideologia partidária, fim da suplência de senadores, financiamento público de campanhas, mais presença de mulheres e mais canais de participação popular; ii) ampliação dos condutos de diálogo social e defesa das conquistas sociais: a sociedade está ávida em participar mais ativamente da política, e o Governo não pode fragilizar os fóruns de interlocução sociais (conferências, conselhos sociais etc). Já as conquistas com a inclusão social de milhões de brasileiros e a ascensão de outros tantos precisam ser garantidas com mais políticas

públicas de base (educação, saúde, transporte, moradia); iii) potencializar as obras do PAC, que já concluíram mais de 60% dos projetos; iv) dar sequência à exitosa política de acesso à casa própria voltada às camadas populares e à classe média; v) manter a “bússola” voltada para o pleno emprego e investir na qualificação profissional, com sólida formação educacional, dos trabalhadores e jovens ainda fora do mundo do trabalho.

Conjuntura estadual

O estado de Santa Catarina tem sua estrutura econômica baseada em cadeias produtivas regionalizadas, com capacidade competitiva no mercado mundial e com uma política centralizada entre famílias oligarcas que sempre colocaram o estado a serviço dos interesses do capital.

Embora o mito de um estado desenvolvido, muito aceito por conta da pujança de determinadas cidades, o que temos concretamente é um lugar em que as estruturas democráticas mais ou menos estáveis e a riqueza contrastam com a miséria e estruturas sociais hierarquizadas, inclusive mediadas por todo o tipo de violência.

A política do Governo Federal baseada na distribuição de renda mediante programas sociais e valorização do salário mínimo, impulsionando um mercado de consumo e, assim, mantendo a economia nacional em boas condições em relação ao cenário mundial, conflitam com as estruturas econômicas e políticas sobre as quais se assenta o poder das elites estaduais.

Na relação com o Planalto, o governo estadual tem de um lado alguns personagens do governo fazendo o jogo político para agradar o governo federal com a finalidade pragmática de viabilizar recursos públicos extras, além das obrigações legais, por outro tem aqueles que fazem o discurso oficial e garantem as práticas de um governo atrelado às velhas oligarquias estadual e nacional. Ao mesmo tempo em que explicita apoio à reeleição da Dilma, Colombo mantém relações próximas a Jorge Bornhausen (DEM) e seu filho Paulo (agora no PSB) em torno do presidenciável Eduardo Campo (PSD). Ou seja, que estar de bem com todos, sem se comprometer de fato com as mudanças que o estado demanda.

Com o apoio da mídia e de amplo arco de sustentação político-partidária, não só dos partidos que compõem a Tríplice Aliança arquitetada pelo antecessor Luiz Henrique da Silveira e que lhe garantiram a eleição no primeiro turno, mas também pelos partidos que buscam se credenciar para uma futura composição nas eleições de 2014, Raimundo Colombo demonstra sentir-se muito confortável para sua reeleição, dando continuidade a um governo neoliberal de sustentação de um estado também neoliberal que a cada mandado se consolida mais.

Com vultosos recursos públicos do BNDES via BADESC, Colombo foca sua gestão no crescimento econômico em detrimento dos investimentos nas políticas públicas de saúde, educação e

segurança pública. Apesar de ter feito sua campanha eleitoral em cima da saúde, colocando-a como prioridade absoluta, o que se espalha pelo estado é o fechamento dos hospitais filantrópicos por falta de recurso sem dar conta do aumento constante das demandas não atendidas pelo Estado.

Argumentando que 67% da população catarinense aprovam as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR, contrário ao que discursava antes de ser governador, Colombo agora também virou defensor do modelo de descentralização que lhe garantiu a eleição no primeiro turno e que deseja se repetir em 2014. O que Colombo não reconhece é que a população desconhece os valores financeiros liberados para as SDRs e o alto custo operacional das mesmas, com centenas de apadrinhados políticos, além do número de servidores alocados de outros órgãos da administração estadual. Entre 2004 e 2011 foram R\$ 3,3 bilhões de reais.

Na educação, o caos só não é maior por conta da categoria abnegada que tem na rede estadual e graças à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no estado, que passou de três campi em 2006 para 21 em 2013, com quase três mil vagas em 80 cursos distribuídos em 16 cidades.

A lei do piso nacional do magistério, como é conhecida a Lei 11.738, de 16/07/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional foi ao longo de todos esses anos sistematicamente combatida pelos governadores de Santa Catarina. Com marchas e muitos atos em Brasília e nos estados, derrubamos a ADIN em 2011 e fizemos, no estado, uma das maiores greves da categoria, inclusive com o apoio da sociedade. Como resultado, conquistamos do governo Colombo a aplicação da lei do piso, porém, não na carreira. Pelo contrário, o achatamento na carreira indicava que a categoria precisava continuar a luta.

Alegando falta de recursos por conta do descompasso entre o crescimento da folha e o baixo volume de arrecadação estadual, o governo diz já ter ultrapassado o limite prudencial de 46,55% para gastos com pessoal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se continuar com as políticas de concessões, privatizações e renúncia fiscal, sobretudo mediante o Fundo Social, que nada mais é do que um desvio para projetos políticos partidários de boa parte dos tributos que deveriam entrar no montante da receita orçamentária estadual, mas por conta do incentivo do governo, são doados para o Fundo Social, a ponto do Tribunal de Justiça determinar que o Governo repasse 25% do total desses recursos aos municípios e poderes.

Não é preciso análise muito profunda para a conclusão de que o governo Colombo é continuidade do Governo LHS, apesar de origem político-partidária aparentemente oposta. Tanto um quanto o outro seguem um modelo de gestão neoliberal de um estado historicamente construído nas bases do liberalismo político-econômico. Um modelo hoje explicitado por “meritocracia”.

Com esse modelo de gestão, a valorização dos servidores públicos se dá pelo mérito, isto é, pelo merecimento com base em alguns valores, dentre os quais a competência e o comprometimento

com as metas atribuídas.

Ao considerarmos as consequências do modelo aplicado no mercado, com estatísticas assustadoras no campo da saúde do trabalhador, o resultado mais evidente será a ampliação dos mais variados tipos de doenças e acidentes de trabalho. Segundo a lógica da meritocracia, Colombo define por Decreto a forma de escolha dos diretores de escola a partir de 2015, mas não avança na efetivação de professores e nem mesmo na melhoria das relações de trabalho com os quase 20 mil ACTs, que a cada final de ano tem seu vínculo profissional encerrado. A convocação de três mil professores para início de 2014 está muito aquém da realidade hoje no estado.

O movimento sindical, portanto, mais do que nunca precisa unificar seu discurso, focando suas críticas e ações em direção a um governo que se aprofunda cada vez mais na lógica de um estado neoliberal.

BALANÇO DA GESTÃO 2010-2013

O segundo mandato com proporcionalidade, a fragilidade da direção estadual e das coordenações regionais continuam, pois as lideranças da executiva não conseguiram se desvincular da regional de origem. Ser diretor ou diretora estadual vai muito além de cuidar o seu “curral eleitoral”. A responsabilidade de pensar o SINTE-SC como um todo, de dialogar com as forças políticas internas, com outras entidades, além de tentar contemplar o anseio de toda a categoria não é tarefa fácil, mas é crucial para o maior sindicato de trabalhadores em educação e para impor derrotas as políticas nefastas implantadas por Raimundo Colombo.

Em 2011 fizemos uma das maiores greves, com a participação massiva da categoria que atropelou parte da direção que não acreditava no Piso Nacional e sempre fizeram descaso das lutas em defesa do piso chamadas pela CNTE e pela CUT. A Greve foi vitoriosa quando conseguimos convencer o governo que o piso é vencimento inicial na carreira, no entanto, ele assumiu que não poderia pagá-lo na carreira existente e propôs o seu achatamento, mesmo com a discordância na mesa de negociação e com a mobilização da categoria foi aprovada pela ALESC. A maior vitória naquele momento era o compromisso de pagar o reajuste do piso nacional na carreira, ou seja, para todos independente do enquadramento na tabela salarial.

As aulas foram repostas até início de janeiro de 2012 devido ao compromisso com os alunos e toda a comunidade escolar, o piso teve um reajuste de 22,22% devido à atuação da CNTE que conseguiu interpor um recurso de votação na mesa diretora da Câmara. Vários encontros com governo sem resposta sobre o pagamento do percentual e foi preciso começar a mobilização para o governo dizer que não pagaria os 22,22% na carreira, mas somente para quem recebesse um vencimento abaixo do valor do piso nacional e 8% em duas parcelas para quem recebesse acima do valor do piso nacional, mesmo índice de reposição salarial dos servidores públicos. A categoria indignada decidiu entrar em

greve, no entanto parte da direção apostou na derrota e não foi construí-la, pois estavam buscando os responsáveis pelo “equivoco de ter entrado em greve”. O Conlutas enganou a categoria na assembleia estadual e a fez aprovar que só reivindicaria os 13% faltantes para alcançar o percentual de 22,22% quando conquistasse a tabela salarial aprovada em assembleia realizada em Lages, enquanto que nós queríamos lutar para receber 13% imediatamente, pois a conquista da tal tabela não estava na ordem do dia, assim como ainda não está até hoje. O mais incrível é que este discurso sensacionalista não demorou muito para implodir, chegou o mês de agosto ligavam para o SINTE perguntando sobre o pagamento de 4% que viria neste mês, esqueceram eles no que votaram, até mesmo a diretora do Conlutas, em uma das audiências com secretário, cobrou a parcela, e o mesmo com sua arrogância puxou um ofício do sindicato com resultado da assembleia que votou contrária a proposta e que queriam a tabela de Lages. Relembramos aqui que o Conlutas nunca defendeu o piso nacional, começou a aceita-lo quando perceberam que é o melhor instrumento de luta dos trabalhadores em educação, que ele conseguiu alavancar greves em todos os estados do país.

Em 2013 novamente o governo não cumpre a lei do piso. Paga 7,97% para quem recebe abaixo do valor do piso nacional e propõe utilizar este percentual para descompactar a tabela, a partir do nível 7 A, com percentual que varia de 7,83 a 15% em duas parcelas. Nós da articulação sindical contestamos a proposição do governo que ofereceu 7,83 a 15% até outubro, dizíamos naquele momento que do 7A em diante tinha direito a receber 22%, (13% de 2012 mais os 7,97) mas não teve eco na direção. A pressão e o contentamento foi de conseguir antecipar um mês em relação à proposta inicial do governo.

"Sonhar e ousar" para conquistar a tabela de Lages também faz parte da nossa história, mas como direção, precisamos ter a responsabilidade de fazer o debate de carreira com a categoria e sermos ousados a apresentar uma contra proposta de curto e médio prazo sem perdermos o horizonte dos conceitos e critérios da tabela de Lages. Para isto precisamos ter atitude, o que não é para todos. Alguns se sentem melhor fazendo denúncias vazias pelas redes sociais e panfletos, do que assumir a responsabilidade de fazer o debate com conteúdo seguindo as diretrizes nacionais. Necessidade muito mais contundente, após tomarmos conhecimento da proposta salarial do governo para os servidores públicos com duas vertentes: o subsidio (onde incorpora as gratificações) e a meritocracia.

Analisar a direção é responsabilidade das instâncias da entidade chamadas para este objetivo, após o segundo mandato da proporcionalidade, ainda não houve amadurecimento coletivo do grupo e não se respeita as decisões das instâncias deliberativas do sindicato. Precisamos aprender a trabalhar no coletivo, respeitar agenda coletiva. A ARTSINTE não vê problemas em avaliar seu desempenho enquanto direção executiva, pois um de seus princípios é o respeito à autonomia e a liberdade sindical, mas que se faça dentro dos espaços e instâncias proporcionadas pelo Sindicato.

Contudo, uma reflexão crítica do balanço da gestão, caberá ao sindicato encontrar espaços ampliados e sistemáticos de discussão para buscar melhorar seu desempenho frente às demandas.

“Mais do que lutar é preciso saber, pelo que lutar” (Ana Ribas)

POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação na Viabilização do Sistema Único de Educação.

A história da educação brasileira nos conta a contínua construção de desigualdades na oferta educacional, que remonta séculos, desde a chegada dos “colonizadores” europeus no Brasil. Tem prevalecido até hoje a distribuição insuficiente e diferenciada de recursos financeiros e materiais da educação numa visão elitista de que educação de qualidade é para poucos e aos demais restam sobras. Nesse sentido, o debate hoje sobre a organização do Sistema Educacional se acentuou na Conferência Nacional de Educação, de 2010, com o tema “*Construindo o Sistema Nacional Articulado*”.

Em relação ao atendimento à demanda educacional em Santa Catarina, os dados revelaram que a rede estadual já não atende a Educação Infantil e vem, gradativamente, não se responsabilizando também da demanda do Ensino Fundamental e com agravantes:

- a) Um avanço acelerado da municipalização;
- b) Sobreposição de ações dos entes federativos;
- c) Desmantelamento da carreira dos profissionais da educação na rede estadual, múltiplas jornadas e disparidade do piso na carreira e o não reconhecimento dos funcionários de escolas.

Um exemplo concreto deste quadro tem a rede municipal do Estado, que em dias atuais, encontra-se com muita dificuldade para atender a Educação Infantil, demanda escolar de atendimento prioritário dos municípios. Com o número excessivo de alunos no Ensino Fundamental, bem acima da sua capacidade financeira, que depende da arrecadação própria e que nem sempre cresce na mesma proporção das despesas, vem comprometendo cada vez mais seu valor *per capita* aluno. Todo esse quadro atual o SINTE /SC já antecipava quando enfrentou através de mobilizações e denúncias a municipalização dos Centros de Educação Infantis (CEIs) da rede estadual em 2008.

Qualidade na Aprendizagem com Promoção Profissional

A desigualdade na oferta educacional impacta diretamente na qualidade da aprendizagem e na inclusão. Ao se criar o conceito de custo-aluno-qualidade/CAQ no Plano Nacional de Educação (vale lembrar que este advém da formulação de educadores e sindicalistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE e sindicatos filiados) produziu-se subsídios teóricos e

metodológicos sobre o financiamento da educação que proporcionasse qualidade na aprendizagem e promoção profissional que dialeticamente encontram-se inter-relacionados.

Se o educador não é valorizado o seu envolvimento com o processo pedagógico se reduz e o aluno aprende menos. Neste ciclo também o educador perde a motivação e pouco se desafia. A síndrome da desistência dos profissionais docentes está presente nas escolas, uma doença laboral advinda da falta de valorização e da organização do trabalho escolar inadequado (Síndrome de Burnout).

Por estas razões e outras da própria estrutura educacional e social, entende-se que o movimento reivindicatório da categoria extrapola a demanda corporativa e alcança a demanda da sociedade. Uma carreira na educação que seja atraente é uma carreira para toda a sociedade que concebe a educação como direito individual e coletivo.

Assim o propósito do governo de implementar a valorização do magistério através da meritocracia contrapõem-se com o processo de tornar a carreira atraente, pois pressupõe que apenas alguns receberão o reconhecimento financeiro (bônus, prêmio, etc.) e que muito provavelmente o “mérito” estará vinculado ao percentual de frequência, aprovação e desempenho escolar dos alunos e nos resultados dos exames nacionais padronizados, tais como IDEB e ENEM.

Várias redes e sistemas no país, já aplicaram a meritocracia, com resultados desastrosos para a qualidade da educação e frequentemente provocaram a desagregação do ambiente escolar movido pela competição e o individualismo que também geraram “maquiagem” nos resultados estatísticos

Valorização Profissional e Condições de Trabalho: Piso Salarial – Carreira e Formação profissional

Não há como falar em educação enquanto direito sem considerar a valorização profissional dos/as trabalhadores/as da educação. Ela está diretamente relacionada com a educação de qualidade social que defendemos. Na construção histórica da CNTE e do SINTE/SC a valorização profissional supõe **a formação/profissionalização, carreira, jornada, piso e condições de trabalho.**

Por este motivo é um tema constantemente em disputa e a principal causa da grande maioria das greves dos/as trabalhadores/as da educação no Brasil afora e como não poderia ser diferente, nas redes municipais e na rede estadual, em Santa Catarina. Com quase dois séculos de atraso, os profissionais da educação conquistaram o piso salarial em lei no ano de 2008. Passados cinco anos ainda não se tornou realidade nos holerites de milhares de educadores no país. Além disso, forças reacionárias insistem na tentativa de inviabilizá-lo minando a possibilidade de equiparação da educação com outras carreiras do executivo conforme proposto no Plano Nacional de Educação/PNE em trâmite, ao sugerir a correção nos salários ao índice da inflação/INPC.

Aspecto essencial da valorização profissional é a carreira que tem ocupado a centralidade das

discussões, em nosso sindicato desde a greve de 2011 que o governo foi obrigado a reconhecer a Lei 11.738/2008-PSPN, com a instituição do piso salarial como vencimento inicial da carreira (art. 2º). Entretanto como ocorrido em quase todas as redes do país os governos destruíram a estrutura dos planos de carreira na maioria das vezes alegando insuficiência de recursos financeiros para aplicar a Lei corretamente no vencimento inicial para todos.

O resultado desta política de achatamento provocou quase a equiparação do piso com o nível da graduação. O debate sobre diretrizes Nacionais de carreira indica que os trabalhadores/as que possuem graduação deverão receber vencimento inicial cinquenta por cento (50%) sobre o piso, definindo ainda índices que valorize a pós-graduação/mestrado/ doutorado e contemplando o tempo e a experiência de exercício na profissão.

Outro desafio é a escolarização e profissionalização dos funcionários de escola, há de se reconhecer que tivemos grande avanço no aspecto legal, recentemente (abril de 2013), com aprovação da Lei 11.796/2013, que acrescentou à LDB artigo 62-A e garantido de forma mais precisa como esta formação deva ocorrer. É sem dúvida uma grande mudança, pois contraria a lógica que tem prevalecido, onde a Secretaria de Estado de Educação continua com a política de precarização, dos trabalhadores/funcionários de escolas, aqui no Estado, (vinculados a APP), ainda conhecidos como serventes, vigias e merendeiras.

Ao não reconhecer a relevância desta formação para os funcionários, a omissão da nossa entidade tem fortalecido a política da terceirização dos serviços gerais e merenda. Os/as funcionários/as da educação tem direito a formação, devendo o SINTE/SC exigir do poder público que garanta a oferta da vaga. Imenso desafio para o movimento dos/as trabalhadores/as da educação na exigência à disponibilização das vagas pelos sistemas de ensino.

Jornada de Trabalho

A homologação pelo Ministro da Educação Aloísio Mercadante/MEC do parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação/CNE reconhecendo o direito a 1/3 de hora atividade previsto na lei do Piso Nacional fortaleceu a defesa e a luta da categoria contra a precarização da educação com duplas e triplas jornadas que não é especificidade de uma rede de ensino.

Em Santa Catarina o Secretário da Educação mantém a posição “malabarista” de somar tempos escolares da jornada profissional para afirmar com base na hora/relógio que cumpre 1/3 de hora atividade. O secretário deveria seguir o exemplo do município de Palhoça/SC entre outros e do Estado do Paraná que já cumprem 1/3 de hora atividade.

Apesar da legislação nacional - Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal não descrever explicitamente a hora atividade, a Lei 170 do Sistema Estadual, estabelece que a hora

atividade terá a mesma duração da hora aula. Portanto hoje cumprimos 20% (8 horas aulas) do contrato de 40 horas semanais.

A conquista de 1/3 de hora atividade é o caminho mais curto para a melhoria da educação pública, pois significa mais tempo para o planejamento, avaliação, preparação de provas, intercâmbio com o corpo docente, pois à hora atividade não é um trabalho individual somente. Além disso, serve para interagir com a comunidade escolar e dessa forma ter maior compromisso com o projeto político da escola.

Para demonstrar a importância da nossa organização e resistência frente aos Governos que insistem em retirar direitos, vale mencionar a conquista da meta 17 e 18 na proposta de PNE em tramitação no Congresso Nacional que demandará uma extensa jornada de lutas até a sua aprovação, mas que exprime a garra do movimento social dos trabalhadores em educação.

Todos os aspectos discutidos, forma de ingresso, carreira, salário, fazem parte das condições de trabalho, assim como outras variantes como o número de alunos máximo por turma, acesso a equipamentos didáticos pedagógicos e padrão mínimo de infraestrutura nas escolas, são elementos de valorização profissional pelos quais deveremos incansavelmente lutar!

Financiamento da Educação na perspectiva da valorização dos profissionais da Educação

Uma das principais bandeiras históricas do SINTE/SC tem sido sua incansável luta em garantir a ampliação de verbas para a Educação Básica de Santa Catarina, também em nível Nacional junto a CNTE. Entendemos que tais ações, aliadas com a melhoria das condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação com formação continuada e salários dignos, ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas, a gestão democrática do ensino e a implementação dos planos estadual e municipais de educação, são as condições imperativas para o alcance da qualidade da educação que tanto almejamos.

Em Santa Catarina a crise da educação pública é agravada pelo desvio de verbas e a aplicação insuficiente dos recursos vinculados constitucionalmente. O governo do Estado deveria aplicar 25% dos recursos do orçamento anual em manutenção e desenvolvimento do ensino, mas, conforme relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no ano de 2011, foi aplicado pelo governo somente 22%, o que resultou em uma ação do SINTE protocolada no Ministério Público Federal/MPF.

Contudo há de se reconhecer que há ainda muitos desafios a serem superados, principalmente na pauta do financiamento da educação:

- 1) A revisão do papel da União no financiamento da educação básica;
- 2) A instituição de um verdadeiro regime de colaboração e cooperação entre os entes federados;
- 3) O estabelecimento de uma real valorização de todos/as os/as trabalhadores/as em educação;
- 4) A definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino;
- 5) A definição do papel da educação pública no processo de desenvolvimento do País.

Reafirmamos, junto com a CNTE, a luta nacional pela imediata aprovação do Plano Nacional de Educação e pela elevação dos investimentos do PIB em educação, saindo dos atuais 5,2% para o mínimo de 10% e que seja destinado, ainda para financiamento da educação, 100% dos royalties do petróleo, bem como, os recursos oriundos das taxas e contribuições que, mesmo sendo tributado da sociedade, não gera recursos para a educação pública.

Gestão Democrática

A gestão democrática é um pressuposto essencial quando entendemos que a transformação da sociedade pode ocorrer a partir da escola pública de qualidade referenciada socialmente. Mas a democracia deve perpassar todo o sistema educacional igualitariamente, isto é, passa, por exemplo, pela democratização do Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e Conselhos Municipais de Educação (CME), a efetivação dos Fóruns Municipais de Educação (resolução CONAE /2010) o funcionamento dos Grêmios Estudantis e Conselhos Deliberativos escolares que são os organismos democráticos que representam pais, alunos, funcionários e professores nas escolas. A eleição direta para dirigentes das instituições de ensino da educação Básica Pública com paridade entre docentes, funcionários, pais e estudantes.

A eleição de acordo com o Plano Nacional de Educação /PNE deve ser garantida através de lei, portanto o governo de Santa Catarina novamente na contramão da história estabelece um processo autoritário ao impor um decreto lei para regulamentar a escolha dos dirigentes escolares. Os critérios definidos para as candidaturas na prática já antecipam quem serão os candidatos escolhidos. Também condiciona à participação na eleição a aprovação de plano de gestão por uma banca avaliadora indicada pela Secretaria de Educação /SED.

O SINTE/SC é frontalmente contra este processo tendencioso além do calendário eleitoral, onde a posse dos eleitos só acontecerá no ano de 2016. Defendemos eleições livres com a possibilidade de candidatura para todos os trabalhadores/as e posterior capacitação pelo governo do Estado. Desta forma, mantemos nossa posição de apoiar realização de eleições diretas em todas as escolas do Estado de Santa Catarina, onde a comunidade estiver disposta a assumir esta importante bandeira de luta.

A qualidade do ensino público passa por uma gestão democrática que pressupõe a escolha do

gestor escolar através de eleições. Entendemos que essa forma democrática vem de encontro às diretrizes nacionais.

POLÍTICAS SINDICAIS

Filiação à CUT - Central Única dos Trabalhadores

Explicitar o compromisso de classe trabalhadora é reafirmar a importância de fazermos parte da maior Central Sindical da América Latina e a quinta maior do mundo: a CUT.

As lutas da Central Única dos Trabalhadores do campo e da cidade, dos serviços públicos e privados ao longo dos seus 30 anos vão além da relação direta empregador/a – empregado/a. Forjada por um amplo conjunto de forças sociais de resistência e combate ao sistema ditatorial e excludente instalado no país com o golpe militar de 64, e em defesa de bandeiras históricas da classe trabalhadora, como a reforma agrária, a liberdade e a democracia, a ampliação de empregos, salários e melhorias nas condições de vida, a CUT, reunindo entidades sindicais combativas dos vários ramos de atividades vem, desde a fundação, em 1983, fazendo história na defesa de direitos históricos e imediatos da classe trabalhadora.

Mobilizando, organizando e formando quadros, a CUT busca ocupar todos os espaços possíveis de intervenção e negociação de pautas da classe trabalhadora, seja nos embates diretos com os empregadores, seja nos espaços de disputa de concepções de Estado e projetos de governo, tanto no Executivo quanto legislativos das três esferas da federação.

Presente em todos os ramos de atividade econômica, a CUT, com mais de 8 milhões de trabalhadores/as na base, são 2.169 sindicatos, 21,58% do total cadastrado no Ministério do Trabalho, representando 2.694.757 sindicalizados, 35,60% do total dos filiados nos sindicatos cadastrados.

Nós, profissionais da educação da rede pública estadual de SC, apesar de conquistarmos o direito de sindicalização somente a partir de Constituição de 1988, participamos de todos os movimentos nacionais e estaduais para a criação da CUT. Desde o congresso de fundação, em 1984, participamos na definição das resoluções e planos de lutas da Central, tanto em âmbito estadual quanto nacional e, por isso, defendemos a continuidade da filiação.

Em SC, são 123 sindicatos filiados e 7 organizações de ramos, sendo duas (2) federações oficiais e cinco (5) entidades orgânicas – coordenações de ramos, representando 625.694 trabalhadores/as.

Com os princípios da identidade de classe, da autonomia e liberdade sindical, tanto frente a patrões como também a partidos políticos e governos, e os princípios da unidade de ação, da democracia e da solidariedade, a CUT tem como objetivo organizar, mobilizar, representar e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativo e aposentado, por melhores condições de vida e de trabalho, rumo a uma sociedade justa e democrática,

focando sua utopia na construção de um socialismo, também, este, em construção.

Com grandes mobilizações, a Central Única dos Trabalhadores marcou história não só no processo de reabertura democrática, mas também na reconstrução dos espaços de exercício e consolidação da redemocratização brasileira. Ao longo de seus 30 anos, tem sido decisiva na defesa do reconhecimento da valorização do trabalho, seja nas lutas pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, tanto nas negociações diretas junto aos empregadores quanto nas reivindicações e resistência no campo do marco legal, como, recentemente, tem sido em relação à redução da jornada de trabalho para 40 horas, o fim do fator previdenciário e o arquivamento do PL 4.330, sobre a terceirização, que ampliará a precarização das relações de trabalho.

Também são eixos de sua concepção e atuação estratégica o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento que assegure crescimento econômico com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. Daí, a luta pela universalização dos direitos ser cotidianamente reafirmada com a participação ativa da Central nos espaços de formulação de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade, com destaque para saúde, educação, comunicação, trabalho decente, mulheres, juventude, pessoas com deficiência física, combate à discriminação racial, idosos, meio ambientes, entre outros. No campo da solidariedade internacional, a CUT tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias conjuntas com organizações da classe trabalhadora para o enfrentamento das políticas neoliberais - de privatização, de concentração de capitais e altos lucros - que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho.

É com esta concepção e prática que o movimento sindical Cutista foi forjado na história do nosso país, cresceu e que continuará crescendo, isto é, contribuir para uma sociedade justa, igualitária e de garantia do acesso aos direitos da pessoa humana.

Fieis aos princípios históricos que balizou a criação da Central, a Articulação Sindical do SINTE – ArtSinte, defende a continuidade da filiação à CUT e o fortalecimento de pautas que nos unem enquanto classe trabalhadora.

Por essa história de 30 anos de comprometimento nas lutas da classe trabalhadora brasileira, explicitamos nossa defesa de filiação à CUT, pois fazemos e somos parte dessa história. Nas lutas da CUT estão impressos nossos sonhos, ideais e ações por uma sociedade de justiça social. Assim como todas as demais forças políticas hoje atuantes no SINTE, mas que optaram criar outros instrumentos e trilhar outros caminhos, nós, da ArtSinte reafirmamos nosso compromisso em continuar fazendo história com as demais categorias que até então construíram a Central Única dos Trabalhadores. Cientes de que contradições são próprias da natureza humana, não nos omitimos dos possíveis erros que são cometidos nas incansáveis lutas contra o capital e seus representantes, mas jamais contra a

própria classe trabalhadora, como tem atuado companheiros/as de outras forças políticas atuantes no SINTE. Ignorando os nossos reais adversários, esses companheiros/as há anos vêm dissipando nossas forças ao nos atacar com políticas divisionistas. Não por ignorância, mas por pretensões de aparelhamento político-partidário, acabam nos fragilizando e favorecendo única e exclusivamente patrões e maus gestores públicos. Acusam-nos de pelegos, mas as categorias que mais tem se mobilizado, feito greves e obtido conquistas são as categorias cujas entidades são cutistas, como foram às inúmeras as greves de trabalhadores/as nos serviços públicos municipais, nos correios, no comércio, nas escolas particulares, na indústria metalúrgica, nas agroindústrias e nos demais ramos em SC e no Brasil nos últimos anos. Ao contrário do discurso panfletário, divisionista da CONLUTAS/PSTU e de outras correntes políticas, a Central Única dos Trabalhadores nunca mediu esforços para combater atitudes antidemocráticas e retiradas de direitos que governos e patrões tentam implantar para classe trabalhadora. Exemplo recente foram às mobilizações no Congresso Nacional contra o PL 4330 e contra o leilão de Libras, com dezenas de trabalhadores/as cutistas enfrentando a polícia.

Queremos nos manter filiados a CUT porque é ela que abraça e marcha pelas ruas conosco por educação pública inclusiva, transformadora, gratuita e de qualidade para todos; pela valorização profissional, melhores salários, melhores condições de trabalho e a aplicação de 10%do PIB .

Queremos nos manter filiados a CUT porque com ela somos mais fortes, temos maior enraizamento social, presença nacional e relações internacionais. Com ela somos mais fortes porque temos relações com o conjunto dos movimentos sociais e nos fazemos presentes em todos os setores da vida dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos; trabalhadores(as) da indústria, do comércio, dos serviços privados e dos serviços públicos; homens e mulheres: negros, brancos, mestiços, índios, jovens, adultos e idosos que constroem esta nação amada chamada Brasil

Por último, queremos lembrar que a maior defesa da continuidade da filiação à CUT foi feita na última eleição do SINTE. Mesmo diante do discurso e defesa contrária feita durante a campanha, quando colocavam como um dos primeiros pontos da proposta de chapa a desfiliação da CUT, a categoria respondeu com sabedoria no voto, elegendo a chapa cutista. Portanto, pelo discurso da coerência e o respeito com a vontade da maioria, devemos manter a filiação à CUT, pois a vontade das nossas bases, em sua maioria, não deve ser suprimida pela vontade e projetos político-partidários de segmentos da direção do SINTE. Para nós, esse é um ponto vencido. Com a CUT – Central Única dos Trabalhadores, somos mais fortes. Uma Central que reúne trabalhadores de todos os ramos de atividade, do campo e da cidade, dos serviços públicos e privados. Juntos, somos mais fortes.

PLANO DE LUTAS

I- Nacional

Pelo fim do fator previdenciário;

Pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial;

Pela regulamentação da Convenção 151 e a ratificação da Convenção 87 da OIT e o fim do imposto sindical;

Contra a terceirização em todos os serviços (público/privado) e contra a aprovação da PL 4330.

Contra a privatização de patrimônio público (Petrobrás, BB, Correios.);

Pela implantação do Plano Nacional da Educação com a destinação de 10% do PIB para a educação e o fortalecimento da política do Piso Salarial Profissional Nacional;

Pelos 10% do PIB para a saúde;

Pela reforma agrária e soberania alimentar;

Pela aprovação da PEC do trabalho escravo e da PEC do limite de propriedade da terra;

Pelas reformas política e tributária.

II- Estadual

Pela revogação das leis das Organizações Sociais, tanto estadual quanto federal;

Pela aprovação de lei estadual que extinga o direito de pensão vitalícia aos ex-governadores e a proibição do nepotismo no serviço público estadual e municipal

Contra o trabalho escravo e infantil, com a aplicação de medidas punitivas aos responsáveis

Pelo fim do interdito proibitório e a federalização dos crimes contra sindicalistas e militantes políticos e sociais do campo e da cidade;

Contra a criminalização dos movimentos sindical e social

Por um projeto político pedagógico- jurídico à defesa da autonomia e democracia nas escolas

Por eleição direta para diretor de escola em síntese gestão democrática

Pela paridade entre ativos e aposentados;

Por um plano de carreira que valorize os profissionais da educação de acordo com as diretrizes nacionais;

Por concurso público para todos os cargos; professor, especialista,

Pela implantação do PRÓ FUNCIONÁRIO e por concurso público para os funcionários;

Pela inclusão dos funcionários de escolas no estatuto do magistério;

Pela manutenção da gratificação da regência de classe com percentual igual para todos/as os /as professores/as;

Contra qualquer forma de avaliação por desempenho-Meritocracia;

Pelo reconhecimento do cargo de professor (a) para os especialistas e assistente técnico pedagógico;

Contra o Bulling, homofobia nas escolas e nos espaços de participação da categoria;
Por uma política de prevenção e saúde dos trabalhadores em educação, efetivo e Act;
Pela ampliação da representatividade do SINTE/SC nos espaços de controle social, em nível estadual e municipal, com destaque os conselhos de educação, Fundeb, alimentação escolar;
Pela fiscalização sistematicamente da aplicação dos recursos da educação;
Pela implantação de 1/3 de hora atividade, com o fim das aulas excedentes;
Por melhores condições de trabalho e segurança nas Unidades Escolares;
Pela manutenção da diferença entre e de Ensino Superior em 50% de acordo com as Diretrizes Nacionais
Pelo cumprimento da Lei Complementar nº 170/98 com relação ao quantitativo de alunos por série;
Pela criação de mecanismos de acompanhamento dos Conselhos Deliberativos Escolares;

Segurança e Promoção a Saúde

Lutar pela implantação nas escolas da comissão de promoção a saúde, segurança e meio ambiente, mediante composição paritária entre os segmentos da comunidade escolar, garantindo mecanismos de prevenção à saúde do profissional e usuários;
Lutar pela implantação de programas voltados à reabilitação funcional, dos profissionais readaptados, com tratamento adequado à doença, incluído na jornada e de forma gratuita;
Lutar para garantir aos trabalhadores em educação e seus respectivos familiares um plano de saúde de qualidade, com atendimento médico e hospitalar, independente da forma de contratação;
sob-responsabilidade do Estado;
Exigir o cumprimento da legislação de segurança, relativa às funções; estrutura física das escolas; transporte escolar; acidentes de trabalhos, entre outros;
Desenvolver de forma efetiva em todas as unidades escolares o programa Saúde e Prevenção DST/AIDS da CNTE.

Políticas em defesa dos direitos humanos:

Combater quaisquer formas dediscriminação no âmbito interno e externo do sindicato;
Lutar pela implantação da Lei 10639
Lutar pelas políticas publica de igualdade e diversidade.

Políticas Sindicais

Promover ampla campanha de filiação;
Manter posição contrário ao imposto sindical e com devolução aos filiados com prazo de 2 meses para requer, após os recursos serem repassados para o sindicato
Pelo fim da proporcionalidade no SINTE.

Assinam a tese: Anna Julia Rodrigues, Carlos Alberto Lopes, Ilone Moriggi, Cassiano Marafon, Sandro Luiz Cifuentes, delegados/as de Brusque, delegados/as de Blumenau, delegados/de Rio do Sul, delegados/as de Ibirama, delegados/as de Ituporanga, delegados/as Canoinhas, delegados de Curitiba, delegados/de Caçador, delegados/as de Jaraguá do sul, delegados/São Lourenço do Oeste, Marta Vanelli e Marlene Golin de Itajaí, Ivonete Zeckowski, Isabel Ivanise, Maria Helena Martinischen e Viviane Dvojatzki Skonieski de Mafra, Aneli Remus Gregório de Florianópolis, Zoê Bittencourt Bergler, Neuza Sotilli e Fernando Patricio Filho de São José.